



1 Ata da sessão de Audiência Pública para apresentação da Proposta do Edital de
2 Licitação para concessão florestal da Floresta Nacional de Amapá, realizada em 21
3 de junho de 2019 em Serra do Navio, estado do Amapá
4

5 Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às 9h35 horas, membros da
6 população local, líderes comunitários, empresários do setor madeireiro, representantes da
7 sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal do governo reuniram-se na Câmara
8 Municipal de Vereadores do município de Serra do Navio, no estado do Amapá, para participar
9 de audiência pública destinada a discutir a proposta de edital de licitação para concessão
10 florestal de Unidades de Manejo Florestal (UMFs) da Floresta Nacional (Flona) do Amapá.
11 Inicialmente, **Marcelo Melo**, Chefe da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro no
12 Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (UR - BR 163) informou que a Lei nº 11.284/2006, Lei
13 de Gestão das Florestas Públicas para a produção sustentável, estabelece que a publicação de
14 edital de licitação de concessão florestal deverá ser precedida de audiência pública, sem prejuízo
15 de outras formas de consulta pública. A audiência pública funciona para promover o diálogo
16 entre sociedade civil e órgãos públicos, quando em um processo decisório de grande relevância
17 para a sociedade. Não objetiva a consensualidade, pois os setores podem divergir, sendo
18 importante o uso do princípio do contraditório. Após a introdução, Marcelo convidou **Cristina**
19 **Galvão**, Gerente Executiva de Concessões Florestais para presidir a mesa de autoridades da
20 Audiência Pública. Em seguida, convidou também **Christoph Jaster**, Chefe do Núcleo de
21 Gestão Integrada (NGI) Amapá Central, do Instituto Chico Mendes de Conservação da
22 Biodiversidade (ICMBio). Cristina cumprimentou o público presente e agradeceu, em nome da
23 Ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e do Diretor Geral do
24 Serviço Florestal Brasileiro, Valdir Colatto. A Gerente Executiva ressaltou que o objetivo da
25 Audiência Pública era a apresentação dos principais pontos da proposta de edital e lembrou que
26 as discussões para implementação da concessão florestal na Flona do Amapá tiveram início na
27 elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC), quando foram definidas
28 diferentes zonas de uso. Especificamente para a zona de uso de manejo florestal empresarial,
29 foram realizados vários diagnósticos pelo Serviço Florestal Brasileiro, como estudos de
30 mercado, logística e de acesso, que resultaram na apresentação da proposta de edital de
31 concessão. Foi contextualizado pela gerente que, não se tratando de uma versão definitiva, a
32 proposta de edital deve ser olhada como etapa de um processo, pois são previstos ajustes ao
33 edital, a partir da análise do conjunto de manifestações recebidas por meio da consulta pública.
34 Cristina ressaltou também que já haviam sido realizadas audiências públicas nos municípios,
35 Ferreira Gomes, Pracuúba e Amapá e que em Serra do Navio estava se encerrando o processo
36 de audiências públicas. Ela destacou que as concessões florestais vêm sendo aperfeiçoadas desde
37 a assinatura do primeiro contrato e que o saldo avaliado era bastante positivo, visto que o
38 histórico de contratos assinados somava mais de 1 milhão de hectares concessionados, com uma
39 produção anual de cerca de 200.000 metros cúbicos. Cristina Galvão informou ainda que o
40 acompanhamento da execução dos contratos, pelo Serviço Florestal Brasileiro, registrava o
41 aumento da oferta de madeira de origem legal, executada mediante práticas adequadas de
42 manejo florestal, além de maior geração de emprego e renda nas áreas sob concessão florestal.
43 Cristina destacou a importância das audiências públicas, vez que se tratava de um processo de
44 escuta da sociedade civil e do poder público local, e que o Serviço Florestal Brasileiro se
45 colocava à disposição para esclarecimentos. Finalizando sua fala Cristina Galvão informou que
46 o prefeito estava sendo esperado, visto que teve um compromisso numa comunidade próxima e
47 manifestou seu agradecimento à prefeitura local pelo o apoio. **Christoph Jaster** cumprimentou
48 a todos os presentes, explicou que o Núcleo de Gestão Integrada Amapá Central inclui duas
49 unidades de conservação, com áreas vizinhas e que lutam pela realização de seu processo de
50 implementação, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que não prevê o uso dos

51 recursos e a Floresta Nacional do Amapá que tem como objetivo básico
52 o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais. Christoph ressaltou a importância da
53 concessão florestal da Flona do Amapá para o município de Serra do Navio, vislumbrando uma
54 logística favorável para o escoamento da produção para este município. Christoph enfatizou a
55 sustentabilidade como princípio norteador das atividades de produção a partir da concessão
56 florestal da Flona do Amapá, por meio da qual se espera geração de renda e emprego para a
57 população local. Christoph finalizou ressaltando a importância das audiências públicas na
58 implantação da concessão florestal, tendo em vista ser uma etapa prévia à implementação da
59 atividade, a qual a Floresta Nacional tem objetivo, estava prestes a ser cumprida. **Marcelo Melo**
60 destacou a presença do Vereador Kenden, do Sr. Sebastião Edinaldo do Ibama, do Sr. Charles
61 do Coema e de representantes da Associação dos Engenheiros Florestais do Estado do Amapá.
62 Marcelo Melo registrou que, após a apresentação da proposta do edital de concessão, seria
63 aberto um espaço para perguntas e manifestações, devendo o demandante se identificar e dizer o
64 nome da instituição a qual representa, para devidos registros em ata. De forma adicional,
65 aqueles que não se sentissem à vontade poderiam preencher um formulário da Ouvidoria do
66 Serviço Florestal Brasileiro disponibilizada na audiência pública. Marcelo Melo retornou a
67 palavra para a Gerente Executiva **Cristina Galvão**, para apresentação da proposta do edital de
68 concessão florestal da Flona do Amapá. Inicialmente, Cristina discorreu sobre a missão do
69 Serviço Florestal Brasileiro, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e
70 Abastecimento (MAPA), que atua como promotor do uso sustentável das florestas
71 públicas brasileiras. Para tanto, o SFB atua em 4 (quatro) grandes áreas: implementação do
72 Cadastro Ambiental Rural (CAR); estudos e pesquisa ligados a produtos florestais; fomento e
73 inclusão florestal; e implementação das concessões florestais federais, tema que seria
74 apresentado e debatido naquela oportunidade. Cristina Galvão informou que seriam exibidos
75 dois vídeos breves: um sobre o [processo de consulta pública](#) e o segundo sobre o [manejo](#)
76 [florestal em áreas sob concessão](#). EXIBIÇÃO DOS VÍDEOS (disponíveis no canal de Youtube
77 do Serviço Florestal Brasileiro [SFBflorestal](#)). Após a exibição dos vídeos, Cristina Galvão
78 iniciou sua apresentação, com suporte de slides, esclarecendo inicialmente os principais
79 conceitos relativos à concessão florestal, como objetivo, benefícios, vedações e amparo legal. A
80 apresentação encontra-se disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro. Cristina
81 Galvão discorreu sobre a Proposta de Edital de concessão florestal da Flona do Amapá, Anexos
82 desta Proposta e sobre as regras do processo licitatório. A Gerente Executiva registrou as
83 características gerais da Floresta Nacional do Amapá, como área total, municípios de
84 localização e área destinada ao manejo florestal sustentável. Cristina Galvão informou as
85 principais projeções a partir da assinatura dos contratos (expectativa de produção madeireira,
86 arrecadação e geração de empregos). Com relação à localização das Unidades de Manejo
87 Florestal (UMF) propostas, Cristina destacou que o Edital apresenta as formas de acesso
88 identificadas. Sobre o processo licitatório, Cristina Galvão discorreu sobre as 3 Fases: i)
89 Habilitação, onde são apresentados, pelas empresas licitantes, os documentos indicados no
90 Edital; ii) Proposta técnica e iii) Proposta de Preço. É sagrada vencedora a empresa que alcançar
91 maior pontuação. Cristina apresentou o Preço Mínimo de Edital (PME) estabelecido na Proposta
92 de Edital para cada UMF e os parâmetros do Regime Econômico-Financeiro (valores a serem
93 pagos pelo futuro concessionário). Cristina Galvão informou os dois tipos de indicadores
94 (classificatórios e bonificadores), destacando que os indicadores classificatórios fazem parte da
95 Proposta Técnica e convertem-se, ao final da licitação, em exigências contratuais para o futuro
96 concessionário. A Gerente informou que se encontra estabelecida, na Proposta de Edital, a
97 exigência de apresentação da Garantia de Proposta, utilizada para manutenção da proposta
98 apresentada durante o processo licitatório e a Garantia Contratual, que tem o papel de assegurar
99 o cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário e a reposição de eventuais
100 prejuízos causados ao poder concedente. Cristina Galvão ressaltou que, uma vez celebrado o
101 contrato, o concessionário estará submetido a um conjunto de cláusulas contratuais e atividades
102 de monitoramento, assim como de sanções estabelecidas para o caso de descumprimento das

103 regras estabelecidas. Finalizando sua apresentação, Cristina informou que parte dos recursos
104 pagos pelos concessionários, advindos da produção florestal, são revertidos para o ICMBio,
105 FNDF, estados e aos municípios, sendo que, para estes últimos, a destinação é proporcional à
106 distribuição da floresta pública na jurisdição do município. Cristina Galvão reforçou que o
107 repasse a estados e municípios está vinculado ao cumprimento de alguns requisitos, como
108 necessidade de instituição de um Conselho de Meio Ambiente e um plano de aplicação dos
109 recursos aprovados por este Conselho. O plano de aplicação deve incluir o apoio e a promoção
110 do uso dos recursos florestais de forma sustentável, o que pode incluir programas de educação
111 ambiental e capacitação de servidores. Outra possibilidade de acesso a recursos financeiros
112 oriundos das concessões florestais é relativa ao Indicador em investimento em infraestrutura,
113 bens e serviços para a comunidade local, que é uma obrigação contratual do concessionário
114 florestal. O concessionário deve efetuar um depósito anual, em conta bancária específica e
115 monitorada pelo Serviço Florestal Brasileiro. Cristina Galvão citou que, neste caso, o plano de
116 aplicação deve estar atrelado ao investimento social local, podendo contemplar, por exemplo,
117 reforma de escolas, postos de saúde e melhoria das vias de acesso às comunidades. Cristina
118 frisou que os planos de aplicação relacionados ao Indicador de Investimento Social também
119 devem ser aprovados pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, antes do envio ao Serviço
120 Florestal Brasileiro. Cristina Galvão destacou o encerramento da agenda da semana de
121 audiências públicas, reforçando os canais e calendário para recebimento das contribuições à
122 proposta de edital. Dando sequência, **Marcelo Melo** informou os procedimentos para
123 apresentação das perguntas, dúvidas e contribuições, conforme a ordem de inscrição dos
124 demandantes. **Ivone Silva**, Presidente do Conselho de Saúde de Serra do Navio, argumentou
125 inicialmente não ser contra as concessões florestais, mas registrou sua insatisfação pelo
126 município de Serra do Navio não ser contemplado com os recursos oriundos dos preços
127 florestais, enquanto outros três municípios irão receber o seu percentual e o ICMBio receberá o
128 maior percentual. Alegou que Serra do Navio “está um caos, se observar a questão do
129 saneamento básico”. E questionou se os municípios que não tiverem equipe técnica vão poder
130 acessar esses recursos, como Pracuúba, por exemplo. **Cristina Galvão** respondeu que para a
131 destinação dos recursos oriundos dos preços florestais, o Serviço Florestal Brasileiro obedece a
132 um regramento estabelecido na legislação vigente e que esses recursos são destinados
133 proporcionalmente à área da UMF localizada no município. Cristina esclareceu que Serra do
134 Navio não tem direito ao repasse, contudo, o SFB enxerga diferentes possibilidades de as
135 concessões florestais contribuírem com o desenvolvimento da região como um todo e que o
136 município é o mais estruturado para oferecer os serviços necessários para a implementação das
137 concessões florestais, sobretudo porque na região já existem indústrias madeireiras que podem
138 ser retomadas e aprimoradas. Cristina ressaltou que a concessão florestal não exaure os recursos
139 florestais e que, tendo em vista a atividade produtiva ser o manejo florestal sustentável, essa é
140 uma alternativa que visa não só a geração de renda, mas principalmente a perpetuação da
141 atividade, propiciando um desenvolvimento regional sustentável. Com relação ao repasse dos
142 recursos e capacitação das prefeituras, Cristina informou que o SFB desenvolveu um material
143 orientativo, em parceria com uma Organização Não Governamental, com vistas a capacitar os
144 gestores dos municípios para o acesso a esses recursos. Cristina relatou que outras prefeituras
145 nos estados do Pará e de Rondônia já acessam os recursos das concessões florestais e elencou
146 um possível intercâmbio, para troca de experiência, como forma de capacitar as prefeituras do
147 estado do Amapá. A Gerente Executiva ressaltou que existe, por parte do SFB, um esforço
148 permanente para auxiliar os municípios a conseguirem acessar os recursos oriundos das
149 concessões florestais. **José Artur**, funcionário público, perguntou qual o público mínimo
150 legalmente determinado para a realização de audiência pública e qual o público alvo destas.
151 Perguntou ainda sobre possíveis ações referentes aos agricultores, no entorno da Flona, que não
152 tem regularização fundiária. **Cristina** respondeu que o SFB tem por obrigação legal a realização
153 das audiências públicas, porém não existe a exigência de quantidade mínima de participação.
154 Complementarmente, enfatizou o esforço de divulgação das audiências públicas pelo SFB e que

155 o órgão está aberto ao aprimoramento e sugestões de como, localmente, poderia ser aumentada a
156 participação. Também informou que, por ser uma audiência, o SFB não direciona (tipifica) a
157 participação para setores específicos da sociedade, ou seja, a participação de todos os setores é
158 igualmente importante. Com relação às comunidades de entorno e a regularização fundiária, a
159 gerente esclareceu que a concessão florestal é uma das políticas públicas, entre as várias
160 promovidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Explicou que,
161 no âmbito do MAPA, são outras políticas que trabalham com essa agenda e se colocou à
162 disposição para fornecer informações adicionais, mas reforçou que a política de regularização
163 fundiária não faz parte das concessões florestais. **Reginaldo Santos**, morador de Serra do Navio
164 e trabalhador da iniciativa privada, perguntou se as fiscalizações acontecerão em tempo integral
165 quando começar a exploração madeireira. Ele argumentou que, caso não ocorram, poderá
166 acontecer a situação de ocorrência de crimes ambientais que não possam ser resolvidos a tempo.
167 Com relação à sustentabilidade, manifestou preocupação com riscos como, por exemplo,
168 trabalhos análogos a escravidão nas madeireiras, destruição de ramais de agricultores, dúvidas
169 sobre arrecadação na prática, descarte de resíduos desordenados (na área de manejo, bem como
170 na serraria depois que a madeira é beneficiada), níveis de aproveitamento de resíduos que
171 podem ser reaproveitados de serrarias, ressaltando a ausência de política para aproveitar 100%
172 dos resíduos. **Cristina** respondeu, sobre a fiscalização, que ela não é feita em tempo integral
173 mas busca a realização em tempo real. A Gerente Executiva informou que, muitas vezes, o
174 fiscal (ICMBio, Ibama) não está presente, mas é realizado monitoramento, de forma constante,
175 do avanço e da ocorrência de atividades de desmatamento e degradação florestal. Além disso, a
176 partir de denúncia é realizado o monitoramento presencial, ressaltando o trabalho de inteligência
177 do Ibama e do ICMBio. A gerente explicou que, em síntese, existe um conjunto de ações que
178 estão coibindo o avanço das atividades ilegais. Mais especificamente com relação à concessão
179 florestal, a gerente explicou que, com o contrato de concessão florestal assinado, o
180 concessionário deve apresentar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) que atenda a
181 legislação específica. Informou que cabe ao Ibama autorizar e vistoriar periodicamente o
182 empreendimento e que o ICMBio também faz a vigilância da área. Além disso, o SFB utiliza
183 ferramentas de monitoramento à distância de atividades na área de manejo e entorno. Com as
184 ferramentas hoje existentes, o SFB consegue detectar se o manejo está sendo realizado dentro
185 dos padrões autorizados pelo plano de manejo. **Cristina Galvão** alertou que condutas
186 inadequadas são passíveis de sanções contratuais, que não exime o concessionário de outras
187 sanções cabíveis. Cristina citou também o Sistema de Cadeia de Custódia (SCC), por meio do
188 qual é possível saber de qual árvore se originou determinado lote de madeira, que sai da serraria
189 com o QR Code específico. **Cristina** explicou que as concessões florestais buscam a promoção
190 do ordenamento da atividade florestal (madeireira) para a região, ou seja, trazer a oportunidade
191 de se fazer manejo florestal, que tem um potencial de planejamento de longo prazo, permitindo
192 que o investidor tenha um horizonte de permanência, por isso é estabelecido um contrato de 40
193 anos. **Cristina Galvão** argumentou que o conjunto de regras contratuais visa assegurar que as
194 práticas predatórias - que não correspondem às práticas corretas de manejo florestal - não sejam
195 realizadas, bem como assegurar a mitigação de possíveis impactos inerentes à atividade de
196 manejo florestal. A Gerente Executiva esclareceu também que, em todas as vistorias, se for
197 constatado trabalho similar ao de escravo, cabe ao SFB convocar o órgão competente para
198 averiguação. Com relação à geração de resíduos, **Cristina** esclareceu que esta passa por um
199 licenciamento ambiental e o instrumento da concessão florestal já prevê o aproveitamento de
200 resíduos. As empresas estarão submetidas a todas as regras de contratação de mão de obra,
201 ressaltando-se que a concessão florestal busca a consolidação de empregos formais. Cristina
202 enfatizou que, quando se trata de manejo florestal, o impacto já é reduzido. Caso não sejam
203 observadas as regras do manejo ou se tratando de atividade em desacordo com o autorizado, a
204 atividade não mais é considerada como sustentável e passa a ser uma infração ambiental,
205 passível de multa, embargo e outras sanções cabíveis. **Sebastião Ednaldo**, representante do
206 Ibama no estado do Amapá, manifestou que existem 3 tipos de vistoria, a saber: i) vistorias

207 prévias: objetivam verificar a instalação do manejo florestal e se o inventário florestal confere;
208 ii) vistorias de acompanhamento das operações florestais: com fim de verificar se o projeto de
209 manejo está sendo bem conduzido em todas as suas operações. O representante do Ibama
210 informou que um projeto pode ser autuado e se a infração for grave pode ser embargado e
211 suspenso; iii) vistorias pontuais: funciona a partir dos núcleos de inteligência do Ibama, com
212 ênfase para o atendimento às denúncias. Sr. **Sebastião Edinaldo** contribuiu, argumentando que
213 o projeto de manejo deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente
214 correto. O Sr. **Edinaldo** se propôs também a elencar as características positivas da atividade,
215 frisando que o manejo florestal sustentável diminui o índice de desmatamento e o trânsito de
216 madeira ilegal, contribuindo para preservação das florestas; elencou também, como ponto
217 positivo, a geração de emprego e renda e o aquecimento da economia local. Sr. **Sebastião**
218 **Edinaldo** chamou atenção para a necessidade de se ter cuidado com os aspectos negativos,
219 como a necessidade de as pessoas lidarem com animais peçonhentos, foco de malária e de
220 dengue, cuidados com acidentes com motosserras e com veículos. Além disso, Sr. **Sebastião**
221 **Edinaldo** informou que na vistoria de acompanhamento cabe verificar se estão sendo tomados
222 os devidos cuidados com os ramais de acesso, na exploração e na área de preservação
223 permanente, bem como o impacto nas árvores remanescentes e na porta sementes. O
224 representante do Ibama também ressaltou a importância da atividade de cortes de cipó,
225 explicitando que o abate de uma árvore pode derrubar 3 ou 4 junto a elas, sendo importante
226 então, 1 ano antes, a realização do corte de cipós. De acordo com o representante do Ibama,
227 todo o conteúdo do planejamento da operação florestal é objeto da vistoria, observadas as
228 peculiaridades locais e impactos de cada atividade, como por exemplo a construção dos pátios
229 de estocagem. **Cristina Galvão** agradeceu os esclarecimentos sobre a forma de atuação do
230 Ibama no licenciamento do manejo florestal e seu monitoramento da execução. **Johny Maycon**,
231 do Sindicato dos Servidores Municipais (SINSENA), manifestou preocupação relativa ao
232 número de pessoas na audiência pública e compartilhou sua sensação de que o meio ambiente
233 está em último plano dos governos municipal, estadual e federal, reclamando ainda da falta de
234 mobilização por parte do município. **Johny Maycon** avaliou que não obstante as apresentações
235 até aquele momento enaltecem o manejo florestal sustentável, ele ainda não havia visto um
236 plano de manejo que gerasse emprego em escala e que melhorasse a qualidade de vida da
237 população do município. Na visão de **Johny Maycon** o desgaste da natureza é muito grande, o
238 ecossistema é abalado de qualquer forma. O servidor público disse que vê o governo
239 preocupado em conseguir recursos com a exploração de “nossas florestas”. **Johny Maycon**
240 avaliou que os órgãos de fiscalização do estado, principalmente, foram abalados pelos planos de
241 manejo, principalmente pela grilagem de terra, e não vê preocupação, nem dos órgãos federais
242 nem dos órgãos do estado em regularizar os agricultores. Para **Johny Maycon**, o governo
243 estadual estava interessado em regularizar a Floresta Estadual (Flota) do Amapá e noventa por
244 cento dos moradores que perderiam a regularidade de suas terras foram contra. **Johny Maycon**
245 continuou sua argumentação dizendo que “agora” veio a Flona, com o projeto de exploração de
246 forma sustentável. Na avaliação de **Johny Maycon** haverá impacto no ecossistema, e a fauna e
247 a flora serão prejudicadas. Na percepção do servidor público, nenhum plano apresentado
248 contemplou os interesses da comunidade. **Johny** alegou que o Pólo Madeireiro local, que
249 deveria estar envolvido, desconhece o projeto da concessão florestal federal. Avaliou também
250 que as indústrias locais não têm condições de avançar na industrialização dos produtos da
251 floresta e que as organizações comunitárias estão falidas. **Johny Maycon** reivindicou a
252 necessidade de mais discussões, com maior profundidade, com aqueles que serão afetados nas
253 proximidades da floresta. **Johny Maycon** afirmou que esse projeto é relevante sim por que os
254 países vivem de suas riquezas. **Johny Maycon** indagou em quem se pode confiar e relatou que
255 cidadãos já foram ameaçados, por não aceitarem a devastação da floresta, que deixam os povos
256 de origem cada dia mais miseráveis. **Johny Maycon** alegou preferir que as florestas
257 permaneçam como estão e que não vê a sociedade pronta para receber um projeto como o que
258 estava sendo apresentado. Para **Johny Maycon**, as compensações não atendem aos anseios da

259 população, sendo necessária a rediscussão desse projeto com público maior, bem como a
260 verificação da possibilidade de medidas compensatórias para as comunidades. **Johny Maycon**
261 reivindicou maior segurança jurídica para a população e concluiu sua manifestação reforçando
262 sua preocupação com relação a exploração das florestas, avaliando a necessidade de ação do
263 governo para avanço da agricultura familiar, ressaltando que, em sua opinião, o projeto das
264 concessões florestais federais, provavelmente, não deixará benefícios para a população local.
265 **Cristina Galvão** informou o registro da preocupação de **Johny Maycon** sobre os impactos
266 ambientais e sociais das concessões florestais, e esclareceu que o SFB está atento à mitigação
267 dos impactos ambientais, contextualizando que existe um conjunto de indicadores estabelecidos,
268 que são formas de proporcionar, a partir do contrato de concessão florestal, que o
269 concessionário invista recursos para geração de empregos. Cristina ressaltou ainda que,
270 mediante a obrigação contratual da realização do beneficiamento local, os empregos são
271 naturalmente gerados na região da concessão florestal. **Cristina Galvão** avaliou que as
272 concessões florestais buscam trazer a legalidade à atividade de produção de madeira, por meio
273 do manejo florestal sustentável. A Gerente também lembrou de esclarecimento realizado
274 anteriormente, do esforço de divulgação realizado pelo SFB, destacando que a audiência pública
275 é uma etapa da consulta pública. Cristina reforçou que podem ser obtidos esclarecimentos junto
276 ao SFB, pelos canais de comunicação ali apresentados, e que existe a possibilidade, mediante
277 formalização de convite, do SFB retornar à região para a realização de reuniões técnicas.
278 Finalmente, Cristina informou o registro das críticas em relação ao funcionamento da Flota e do
279 interesse em políticas públicas para agricultura familiar. **Charles Reis**, representante do
280 Conselho Estadual do Meio Ambiente do estado do Amapá (COEMA) e Associação dos
281 Engenheiros Florestais do Amapá, iniciou sua participação na audiência pública, classificando
282 como descaso do governo federal o fato de, ao longo de 30 anos de existência, apenas 5
283 funcionários fazerem parte do quadro da Flona do Amapá, que tem mais de 400 mil hectares.
284 Continuando, **Charles Reis** afirmou que não é contra a concessão florestal, mas sim contra o
285 modelo que o governo federal vem adotando, de grandes áreas divididas em 3 lotes, dando a
286 impressão que o Amapá mais uma vez vai se tornar exportador de matéria prima. Ele alegou que
287 no passado, em especial em Serra do Navio, havia uma empresa mineradora que explorou a
288 região por 35 anos, e então questionou o que essa concessão deixou para o Amapá, com alusão à
289 estrada de ferro que não funciona e ao porto que desabou. **Charles Reis** alegou que atualmente
290 existe outra empresa de mineração localizada no município de Pedra Branca, cujo acesso é pelo
291 município de Serra do Navio e que o fluxo de veículos de carga é muito grande na perimetral
292 norte, que se encontra abandonada e cheia de buracos. **Charles Reis** reclamou também do
293 modelo das concessões, citando como experiência ruim as concessões de recursos hídricos,
294 alegando que no passado 90% da geração de energia elétrica no Amapá era térmica, quando ele
295 avalia que a energia era mais barata. **Charles Reis** externou sua reflexão, sobre o que a
296 concessão florestal poderia deixar para o estado do Amapá. Após todas suas ponderações,
297 **Charles Reis** questionou quais as vantagens que poderiam trazer as possíveis instalações das
298 madeireiras para o município e quais as garantias que o município poderia ter de que não se
299 tornaria mais uma vez exportador de matérias primas. Charles questionou por que não uma
300 fábrica de laminados. **Cristina Galvão** informou que a preocupação com as extensões das áreas
301 das UMFs já havia sido registrada desde as audiências públicas anteriores, por diferentes setores
302 da sociedade - inclusive o empresarial - e que seria objeto de avaliação e reflexão por parte do
303 SFB. Quanto aos modelos de concessão, **Cristina** destacou que o modelo de atividade de
304 manejo florestal é considerado de baixo impacto ambiental, tem um conjunto de práticas que
305 busca a conservação de corpos hídricos, segue um manual de construção de estradas florestais
306 que busca a preservação das APPs, abaulamento do leito das estradas e drenagem. Cristina
307 enfatizou que o manejo visa garantir a capacidade de recomposição dos estoques de madeira e a
308 permanência da ocorrência do conjunto de espécies da biodiversidade na área manejada.
309 **Cristina** reforçou o entendimento de que a floresta, após o encerramento do primeiro contrato
310 de concessão florestal, será mantida e terá uma capacidade produtiva para outro período de

311 concessão. Ou seja, haverá um novo processo licitatório, que caracteriza a sustentabilidade ao
312 longo do tempo. A partir desse nivelamento, **Cristina** ressaltou que, com a concessão florestal
313 existe a prevenção da exaustão dos recursos, com regramento muito claro, que assegura a
314 produção contínua ao longo do tempo, a partir da harmonização do ciclo de corte com a
315 regeneração da floresta manejada e também com o horizonte de investimento de longo prazo
316 pelo setor empresarial. Quanto à possibilidade de benefícios para Serra do Navio, **Cristina**,
317 apontando para o fato de grande área da Flona ser limítrofe à Serra do Navio, bem como, o
318 principal acesso ser pelo município, argumentou tratar-se de uma oportunidade para indústrias
319 instalaram-se na região, com conseqüente geração de empregos, tendo em vista que,
320 historicamente, já há presença de grandes empresas e de mão-de-obra qualificada no município.
321 Cristina ressaltou a existência do indicador “Fator de Agregação de Valor”, que é contabilizado
322 a partir da madeira processada num raio de 150 km pelo concessionário e pelo conjunto de
323 empresas que processem essa madeira, desde que alinhadas com o Sistema de Cadeia de
324 Custódia (SCC). Este dispositivo pode beneficiar, por meio da geração de emprego e renda, o
325 setor de serviços do município de Serra do Navio. **Christoph Jaster** argumentou que,
326 diferentemente de uma unidade de proteção integral, na audiência pública estava se tratando de
327 uma Floresta Nacional, que é uma unidade de conservação caracterizada pela possibilidade de
328 exploração econômica de um recurso disponível na Flona. Para **Christoph Jaster** esse modelo é
329 sustentável, pois se perpetua, uma vez que é retirado da floresta somente o que ela produz,
330 diferentemente do modelo convencional, quando a floresta é explorada sem o interesse de sanar
331 ou mitigar os impactos ambientais causados. **Christoph** enfatizou que na audiência estava se
332 propondo um novo modelo, e que acredita que a região precisa testá-lo, tendo em vista suas
333 características totalmente diferentes dos modelos tradicionais de exploração florestal citados
334 pelos participantes, sendo a concessão florestal uma alternativa de desenvolvimento sustentável
335 para a região. Para **Christoph Jaster**, com relação à algumas expectativas apresentadas pelos
336 participantes, seria possível aplicar a lei do mercado, ou seja, a demanda cria a oferta, e citou
337 como exemplo que se o posto de saúde não foi estruturado vai acabar se estruturando para
338 receber o empreendimento, e que essa fórmula deverá se repetir em outros setores do
339 empresariado, do comércio e do setor de serviços, sendo gerados empregos diretos e indiretos.
340 **Christoph Jaster** concluiu, afirmando que a proposta de manejo sustentável é bastante
341 coerente, não obstante o poder público estar sujeito a ajustes (SFB, ICMBio e Ibama,
342 principalmente). **Paulo Maia**, da Comunidade do Cachaço, argumentou que a área proposta
343 para a concessão florestal federal é muito grande para ser dividida em apenas 3 lotes. Para Paulo
344 Maia, uma empresa de fora não teria interesse em fazer consórcio com empresas pequenas de
345 Serra do Navio e para ele a área deveria ser dividida em 4 a 6 lotes, sob o risco de os
346 madeireiros locais e empresários de pequeno porte não poderem participar. **Paulo Maia** alegou
347 estranheza por não ter madeireiros presentes na audiência, dizendo que não viu o carro de som
348 passar, apenas ouviu no rádio. Paulo Maia lamentou também a ausência de comunidades,
349 sugerindo uma maior divulgação. Com relação ao manejo florestal, **Paulo Maia** avaliou que a
350 atividade precisa ser fiscalizada mesmo, para que haja respeito às remanescentes e as matrizes.
351 Paulo alegou que vê caminhão passando com apenas uma árvore e avaliou que essa unidade,
352 que é capaz de preencher sozinha a carga total de um caminhão, não deveria ser retirada da
353 floresta, pois em sua avaliação essa é uma matriz, com a agravante de que as remanescentes
354 também estão sendo retiradas. **Paulo Maia** lamentou que, não obstante a proposta de se trazer
355 indústrias para o município, Serra do Navio continua no setor primário, tendo em vista o raio de
356 150 Km para o beneficiamento. Paulo expressou o entendimento de que essa madeira vai sair
357 praticamente in natura. **Paulo Maia** sugeriu que a área da Flona fosse dividida em mais
358 unidades, para favorecer maior participação do empresariado local médio e pequeno. **Cristina**
359 **Galvão** informou que foi registrada a preocupação acerca do tamanho das UMFs, alegando que
360 aquele já era um fator de atenção por parte do SFB, vez que nas audiências públicas nos outros
361 municípios houve a mesma reivindicação. **Cristina Galvão** esclareceu que o manejo
362 autorizado pelo Ibama autoriza de 4 a 6 árvores por hectare, e, dependendo do tamanho das

363 árvores, no máximo 3. Quando se vê, no manejo florestal, uma grande árvore ser abatida é por
364 que outras iguais ficaram na floresta. **Cristina Galvão** informou que existe um conjunto de
365 critérios de retenção com vistas à manutenção de árvores na floresta. **Luiz Fábio**, da Guarda
366 Municipal de Trânsito, elencou alguns fatores relativos à fiscalização, transporte da madeira,
367 medidas compensatórias, que, em sua avaliação, causam preocupação. Com relação ao
368 transporte, **Luiz Fábio** falou sobre existência de denúncias de retirada de madeira no período
369 noturno, avaliando que o ramal de Serra do Navio não tem estrutura para absorver esse tipo de
370 transporte de madeira. Luiz Fábio citou também o fato de que os agricultores necessitam se
371 deslocar em caminhões e ônibus escolares. Para **Luiz Fábio**, as vias de Serra do Navio não
372 oferecem condições e as pontes de madeira não suportam tráfego muito intenso de caminhões.
373 Com relação à fiscalização, **Luiz Fábio** indagou quem será o órgão fiscalizador, discorreu sobre
374 as dificuldades que ele enxerga no poder público local, como o fato de não terem coletes
375 balísticos, e sugeriu, com base nas operações na Flota, que o Instituto do Meio Ambiente e de
376 Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) tenha uma base em cada unidade, para fiscalizar.
377 Para **Luiz Fábio**, por se tratar de Flona, é necessário que a fiscalização seja realizada por
378 pessoal qualificado. Luiz alertou ainda sobre a logística no município de Serra do Navio que,
379 em sua avaliação, é precária tanto para fiscalização quanto para a segurança no tráfego,
380 ressaltando o fato de ter havido acidente, em que duas alunas foram a óbito devido, segundo ele,
381 a caminhões madeireiros. Quanto às medidas compensatórias, **Luiz Fábio** opinou que, com o
382 critério de 150 km para beneficiamento das madeiras, o município de Serra do Navio fica em
383 desvantagem com relação a outros municípios, como Porto Grande. Ele sugeriu que fosse
384 obrigatório o beneficiamento no local das UMFs. **Cristina Galvão** esclareceu que a
385 competência de fiscalização é em parte do Ibama, em parte do ICMBio e existe ainda o Sistema
386 de Cadeia de Custódia, monitorado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Cristina esclareceu que
387 não existe nenhum impedimento de que o transporte seja feito no período noturno, porém é
388 exigido que a empresa adote um padrão de qualidade na construção da estrada.
389 Complementarmente, Cristina respondeu que é de interesse do concessionário que a estrada
390 tenha boa trafegabilidade, e que, historicamente, pode-se observar que os concessionários fazem
391 parcerias com os órgãos locais para que a estrada tenha boas condições de uso. Também não é
392 interesse do concessionário ser um empreendimento com reputação negativa junto à população
393 local, além do que, o SFB se atenta bastante ao padrão de construção das estradas. Cristina
394 Galvão ressaltou que o componente da certificação, que é o “socialmente justo”, busca
395 identificar e encaminhar a tratativa de mitigação dos conflitos sociais. Não há garantia de que
396 não existirão conflitos, mas sim buscar resolvê-los. Cristina Galvão informou o registro da
397 preocupação sobre o raio de beneficiamento, e ponderou sobre a necessidade de se olhar para a
398 viabilidade do negócio. Cristina avaliou que o transporte é um dos principais custos e a
399 tendência é que o beneficiamento ocorra o mais próximo da área de exploração, devendo ser
400 levado em consideração o fato de que se trata de um investimento para os próximos 40 anos.
401 Não havendo registro de outras contribuições ou dúvidas, **Marcelo Melo** deu por encerrada a
402 Audiência Pública para apresentação da proposta de edital de concessão florestal da Flona do
403 Amapá, agradecendo a Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal de Serra do Navio, pelo
404 apoio e divulgação da audiência; ICMBio e os representantes ali presentes, de diversos setores.
405 Nada mais havendo a tratar, eu, **Júlio César Raposo Ferreira**, Analista Ambiental do Serviço
406 Florestal Brasileiro, lavrei a presente ata.